

## “NÓS SOMOS *ANONYMOUS*”: MOVIMENTOS SOCIAIS E NOVAS FORMAS DE AÇÃO COLETIVA<sup>1</sup>

Vinicius Rosa Ribeiro<sup>2</sup>

### Resumo

O artigo propõe o debate sobre a ação coletiva de movimentos sociais através da internet e de seus canais de comunicação em rede, bem como a sua apropriação destes na garantia de direitos. Este trabalho tem como base a atuação do movimento *Anonymous*, que ganhou notoriedade internacional a partir do ano de 2008, sendo considerado o maior expoente do chamado hacktivismismo.

### Palavras-chave

Anonymous; Hacktivismismo; Internet; Movimentos sociais; Ação coletiva.

### Introdução

Ao longo das duas últimas décadas passamos a vivenciar mudanças significativas que perpassam do mundo dos negócios ao ensino, das relações sociais a cultura. Estas transformações das sociedades industriais, provocadas pela internet, possibilitaram uma ampliação nas relações de trabalho, nos mercados e na construção efetiva de uma rede de comunicação global, amparada pelas inovações que vieram a reboque com a pluralização da tecnologia. Como consequência da ampliação dos canais de comunicação, a vida cotidiana dos centros urbanos também é alterada, de modo a conduzir novos fluxos de informação antes pouco acessados pelo grande público, ainda que permaneçam de forma desigual. A partir desta nova dinâmica, surgem novos grupos voltados à promoção do engajamento coletivo e da participação dos usuários através do exercício da cidadania.

Por todo mundo, porém, particularmente no mundo em desenvolvimento, centenas de experiências menos conhecidas puseram on-line os interesses, preocupações, valores e vozes dos cidadãos, até então isolados uns dos outros e de suas instituições locais (CASTELLS, 2003, p. 119).

Esta configuração possibilitou uma nova fase de interação global entre os usuários da internet, que passaram a ter novos ambientes de informação e colaboração por meios digitais: é o início de uma etapa onde ferramentas de conscientização e

<sup>1</sup> Artigo apresentado no Eixo 4 - Política, Inclusão Digital e Ciberativismo do VII Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura realizado de 20 a 22 de novembro de 2013.

<sup>2</sup> Pós-graduando do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

participação política trazem informações ao público e tornam ainda mais o ciberespaço um ambiente de uso interativo, recíproco, comunitário e intercomunitário (LÉVY, 1999).

Dentro deste contexto de compartilhamento global de informações, emergem novas formas de ação política encabeçadas por ativistas hackers, ou hacktivistas, tendo no movimento Anonymous a sua principal expressão. Neste artigo, busco trazer luz a relação entre movimentos sociais e a internet, procurando entender se esta aproximação entre ativismo e cultura hacker possibilitou a composição de novos métodos e formas de organização para ações coletivas. Os autores Manuel Castells e Maria da Glória Gohn serão os intelectuais norteadores da discussão a seguir, a partir dos debates em torno dos conceitos de ação coletiva e redes de indignação. Inserida neste eixo teórico, as ações promovidas em rede – com desdobramentos dentro e fora do ambiente web - pelo movimento Anonymous constituirão o objeto de análise deste artigo. Até onde a sua participação como ator sociopolítico de influência num ambiente plural e anárquico como a internet contribuiu para a redefinição – e crescimento – das ações coletivas nas sociedades contemporâneas?

### **Novos contornos para os movimentos sociais**

Nas últimas duas décadas, uma ampla discussão tem buscado redefinir os conceitos teórico-metodológicos adotados nos estudos sobre movimentos sociais. Este repensar sobre os movimentos sociais possibilitou entender tal associativismo como um representante indispensável no amplo debate sobre a participação política destacada de espaços como o Estado e o Mercado. E este processo foi importante para a promoção do debate sobre a transformação do conceito ‘movimento social’ para ‘sociedade civil’ como expressão simbólica, discutido amplamente até os dias atuais (ABBERS e BULLOW, 2011). A partir dessa pluralização, os papéis de instituições não-estatais assumem novas características, e o Estado passa a adotar a função de interlocutor destas demandas outrora desprestigiadas pela classe política. Com a profusão da internet como catalisadora de novas formas de colaboração e estímulo para ações coletivas, foi necessário redimensionar estes papéis atribuídos aos movimentos sociais, bem como repensar sobre as novas formas em que estes atores passarão a articular a ação coletiva como forma de mobilização e alcance de seus anseios. Esta redefinição possibilitou um

distanciamento das esferas clássicas de mobilização, sem perder as características gerais que as qualificam como movimentos sociais.

Com a alteração do formato das mobilizações neste milênio e a ampliação dos sujeitos coletivos, os movimentos sociais estão agora dispostos em redes associativas, graças à profusão de novas tecnologias de comunicação. Isso decorre também do alargamento das fronteiras dos conflitos, como a questão migratória e imigratória e de acesso a recursos estratégicos, como água, energia, terra, etc. Esses conflitos, por sua vez, deixam de ter somente como eixo os *Movimentos Sociais x Estado*, e referenciam-se em novos eixos, incluindo corporações e outros agentes econômicos interessados em tais recursos (GOHN, 2013, p.17)

Segundo Gohn (2013), os novos contornos de diferenciação tem como característica uma busca maior por vínculos de integração – sociais e identitários – com esferas da sociedade e um menor interesse em pressupostos ideológicos<sup>3</sup>. Inversamente às ações coletivas recentes, os antigos movimentos assumiam uma posição mais pautada na universalização dos direitos, ampliando-os a parcelas da sociedade outrora esquecidas, tendo como matiz a discussão ideológica<sup>4</sup>, que estava amplamente presente na I e II Guerras Mundiais e durante a Guerra Fria.

Inserida entre os inúmeros eixos temáticos existentes no campo dos movimentos sociais, a ação coletiva tem pautado as agendas das lutas sociais a partir de novas demandas, assim como tem participado de novos espaços institucionalizados onde o processo de democratização das estruturas de poder se instalou (GOHN, 2013). Esta redefinição do uso destes espaços para a realização de manifestações tem relação com o chamado “espaço de autonomia”. Este conceito, defendido por Castells (2012), está associado a ação coletiva através da ocupação de dois espaços de forma simultânea: o ambiente da internet e o espaço público, como praças, ruas e edifícios públicos. O autor considera tal conceito como uma forma híbrida de mobilização onde, de forma

<sup>3</sup> Os fundamentos ideológicos permanecem vivos nos movimentos sociais contemporâneos, tal como vemos em movimentos como os *Occupy Wall Street*, indignadas, dentre outros. A distinção entre os grupos a partir do final dos anos 90 é que a tônica das ações coletivas assume, majoritariamente, um caráter mais particular, relacionado com a garantia de direitos a grupos negligenciados de alguma forma pela sociedade. Suas demandas estão mais associadas a uma legitimação de identidade de minorias, enquanto os movimentos sociais que impulsionaram a segunda metade do século XX reivindicavam o direito a ter direitos, amparados pela questão ideológica que permeou o período.

<sup>4</sup> Gohn ressalta que o movimento social, como um sujeito social coletivo, não pode ser pensado fora de seu contexto histórico e conjuntural. As identidades são móveis e variam segundo a conjuntura. Esta observação contribui para que entendamos o século XX como um período envolto em guerras e disputas de poder. Neste cenário realista, é possível que compreendamos o fortalecimento das ‘bandeiras’ ideológicas como norteadoras das ações coletivas que visavam a garantia de direitos de uma forma universal.

simultânea, os atores sociais planejam, mobilizam-se e promovem ações coletivas de contestação e/ou defesa de direitos, fazendo uso de ambos os espaços – virtuais e físicos – explorando suas conexões em rede. Este espaço dos movimentos, que abarca dimensões reais e não-reais, é fruto pleno e concreto dos fluxos de interação promovidos entre estes canais de comunicação em rede, organizados e fortalecidos por movimentos transnacionais, como os Anonymous, ou por iniciativa da coletividade a partir de situações-chave, que surgem como estopim de demandas sociais questionadas e outrora reprimidas, tal como nas manifestações ocorridas na praça Tahrir, no Egito, em 2011, ou na Tunísia entre os anos 2009 a 2011.

Ainda que os movimentos recentes tenham características semelhantes em sua forma de atuação, cada uma das grandes ações coletivas realizadas nos primeiros anos do século XXI teve um ‘gatilho’ distinto. As manifestações populares ocorridas no Oriente Médio (Tunísia, Egito, Síria, Iêmen, Argélia, Turquia, Líbia, Arábia Saudita, etc.) tiveram como principal motivação o clamor social em prol da democratização e da liberdade de expressão nos regimes existentes na região, diferentemente do ocorrido na Espanha com os Indignados e nas demais regiões da Europa, que tinham como fator impulsionador as recentes reformas de austeridade econômica, que colocaram em xeque as políticas de bem-estar social existentes, mesmo sem retrair o crescente desemprego entre jovens espanhóis e gregos, ampliando os apelos e reivindicações em favor de melhorias socioeconômicas. Aliada à crítica dos rumos econômicos tomados pelos Estados Unidos, em especial após a crise ocorrida em 2008, surge o movimento Occupy, que descende das mobilizações anti-globalização ocorridas em Seattle no fim da década de 1990. Seu propósito segue nos moldes dos movimentos que o precederam: promover o debate em favor de um novo modo de produção, reafirmando o distanciamento da globalização enquanto modelo para a sociedade.

Ainda que existam características particulares em cada um dos movimentos que os distinguem entre si, existem fortes traços de similaridade que norteiam as ações coletivas de indignação em rede, também aprofundados por Gohn e Castells. Entre eles, destacam-se a degradação das condições materiais de vida e a crise de legitimidade da classe política, envolvida cotidianamente em casos de corrupção e opulência. A primeira das razões é também um reflexo das ações econômicas e sociais promovidas na

construção do processo de globalização, que produziu uma quantidade significativa de excluídos e uma perda gradual de direitos conquistados ao longo do século XX.

Aos excluídos pela pobreza, agregam-se os excluídos pelas novas regras da divisão internacional do trabalho, no acesso ao emprego no mercado de trabalho, especialmente os jovens, limitando-lhes também o acesso ao mundo do consumo (GOHN, 2013, p. 19)

Esta limitação ao consumo, que também adotou nova roupagem com o advento da internet, também provocou manifestações como na Inglaterra em 2011, onde os impactos socioeconômicos da crise ocorrida em 2008 acabaram por gerar turbulentas manifestações, com saques a lojas de grifes de alto custo. A crise de legitimidade das instituições públicas e da classe política surge como desdobramento da crescente rejeição da população aos seus representantes nas esferas do poder público. Seu descontentamento é uma resposta a ausência de atendimento às demandas econômicas e sociais, bem como pelas existentes acusações de corrupção envolvendo governantes (CASTELLS, 2012).

Uma das discussões em torno dos novos conceitos dos movimentos sociais é sobre o papel do Estado como interlocutor e parceiro destes movimentos na execução de demandas sociais. Gohn (2013) caracteriza que, a partir da atuação do governo na criação de políticas públicas, emergem novos espaços de contribuição na sociedade política, o que passou a estimular os atores inseridos na participação dos movimentos sociais.

Disso resultou um descentramento dos sujeitos históricos em ação, antes focado nas classes e nos movimentos populares. Surgiram novas facetas à cidadania, como o exercício da civilidade, a responsabilidade social do cidadão como um todo, etc., ou seja, destacaram-se não apenas os direitos, que são a alavanca básica do conceito de cidadania, mas também se introduziu a questão dos deveres, das arenas públicas, e essa responsabilização abriu caminhos para a participação de diferentes e novos atores nas políticas de parcerias entre o Estado e a sociedade civil (GOHN, 2013, p. 61).

Outro dos pontos essenciais para a discussão sobre movimentos sociais e o Estado é a abordagem sobre a “política do conflito” (“*Contentious politics*”). Este conceito, proposto pelos teóricos Doug McAdam, Sidney Tarrow e Charles Tilly, faz crítica a chamada “compartmentalização” dos estudos sobre greve, guerras, revoluções

e movimentos sociais, propondo um redimensionamento nos estudos de ações coletivas, introduzindo o conceito de política do conflito.

Os casos de interação coletiva conflituosa incluídos nessa definição podem ser “contidos” quando todos os participantes são atores previamente estabelecidos, que empregam meios amplamente conhecidos para apresentar suas demandas, ou “transgressores”, quando pelo menos alguns atores são novos e, em parte, utilizam meios de ação coletiva inovadores ou proibidos. (ABBERS, BULLOW, 2011).

Esta definição, ainda discutida no meio acadêmico, redefine papel do ator social – movimentos sociais – para o ‘segundo plano’, com o objetivo de estabelecer novas análises sobre os meios empregados e o nível de institucionalização destes mesmos atores no sistema político (McADAM, Doug. 2003. Apud ABBERS e BULLOW, 2011, p.61). Outro aspecto importante deste arcabouço teórico, e que fragiliza sua concepção metodológica é que o Estado assume um protagonismo na análise das relações com os agentes transgressores, de modo que sua base teórica busca aprofundar o entendimento das práticas deste ator simbólico, excluindo de sua agenda movimentos que não tenham relação direta e/ou interlocução com o aparelho estatal (ibidem).

Tais discussões acerca da pluralidade das recentes linhas teóricas confirmam o fato de que o fenômeno social vivido na contemporaneidade, onde novas formas de ação coletiva, de demandas sociais e de relações entre a virtualidade e o espaço público tem trazido novas incertezas e mais formas de pensarmos a sociedade em rede, seus desdobramentos e suas influências para a coletividade. Castells e Gohn elucidam que, esta sucessão de acontecimentos, que mobilizou milhões de pessoas do Rio de Janeiro à praça Tahrir, tem como semelhança mais clara a mobilização através da comunicação em rede, que possibilitou discussões, provocou articulações e construiu redes de indignação contra a realidade atual e de esperança por dias melhores.

## O Anonymous e o hacktivismo

Num cenário global e multipolarizado como vivemos hoje, onde a informação tornou-se de fácil acesso – ainda que de forma desigual – e a capacidade de comunicação e articulação alcança espaços nunca antes atingidos, movimentos<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Utilizo a denominação “movimento” para caracterizar o grupo de indivíduos que utilizaram e/ou participaram de articulações promovidas no ambiente web, auto-intitulando-se Anonymous. Sua não-categorização como grupo ou organização tem relação com a definição trazida por seus próprios membros

hacktivistas como o Anonymous são considerados como uma ameaça. Sua atuação é reconhecida internacionalmente e o movimento é considerado como referência na internet. Diferentemente dos movimentos sociais tradicionais, ele tem distintas características, que perpassam de seus métodos de atuação e articulação até sua composição como movimento.

Sua história está relacionada com o site 4chan.org, endereço da internet existente desde 2003 e que possui como característica a comunicação através de imagens em sua seção mais popular, denominada “/b/”. Por tratar-se de um fórum de informações onde o conteúdo é livre e seus usuários podem comunicar-se anonimamente, o 4chan.org possibilitou a formação primária do que viria a ser o Anonymous.

Um outro termo que nos auxilia bastante em localizar a influência do *4chan*, é o *trolling*, que se aportuguesou para trolagem. Fazer um *troll* era a essência do *4chan* e do /b/ no seu começo, corresponderia a enganar ou passar um trote em alguém, ou mesmo ridicularizar por meio de *ciberbullying*: enviando pizzas para estranhos pela internet, divulgando informações e dados pessoais de terceiros, tudo feito de acordo com os membros do *4chan for the lulz*, uma outra apropriação linguística do inglês para LOL (*laughing out loud*), ou seja, tudo feito por pura e simples diversão escondida por trás do anonimato (PIMENTA, PEREIRA, 2012, p. 2).

A possibilidade do usuário permanecer anônimo (declarando como um “Anon”) serviu como passo significativo para a construção da identidade coletiva Anonymous, que permaneceu realizando as ações de ciberbullying até a primeira “forma coletiva e rizomática de ação catalizada, alavancada por uma série de eventos mundiais e intervenções políticas”(COLEMAN, 2013). Outro fator que fortaleceu a identidade do movimento foi simbólico: a utilização da máscara-símbolo do personagem Guy Fawkes no romance “V de Vingança”, de Allan Moore, que representa a identidade única da população, assegurada pelo anonimato.

Sua primeira atuação como movimento político foi em oposição à Igreja da Cientologia, o que ocasionou a derrubada do endereço web da referida igreja em uma ação articulada pelo movimento, seguido de manifestações contra polêmicas da Cientologia. A partir deste embate, o Anonymous assumiu uma posição mais voltada à

---

de não considerarem-se um grupo, não havendo lideranças ou porta vozes que respondam pela coletividade do movimento em questão. Segundo a definição encontrada no endereço da internet <http://www.anonymousbrasil.com/sobre-anonymous/>, o Anonymous trata-se de uma ideia a ser seguida e compartilhada, não desejando existir oficialmente.

articulação política através da internet, consolidando seu espaço e estabelecendo o hacktivismismo como prática de mobilização.

O Anonymous distingue-se dos demais movimentos sociais por estabelecer como máxima a ausência de lideranças. Sua proposta é que o movimento tenha relação com uma ideia, uma forma de atuar enquanto indivíduo, uma maneira de exercer o ativismo, seja ele na internet (hacktivismismo) ou nas ações coletivas das ruas. Por tratar-se de uma força não-institucionalizada, o Anonymous abre espaço para a atuação igualitária e coletiva, onde qualquer indivíduo possa fazer parte em qualquer lugar do mundo. Sua composição é amplamente heterogênea, dada sua possibilidade de atuação direta e indireta, porém, um dos papéis mais representativos nas ações virtuais são dos hackers do movimento, responsáveis por sobrecarregar ou invadir os sites de seus opositores. Tais hackers são responsáveis por ações de invasão destes sites e da elaboração de meios seguros de comunicação, como a mais nova rede social do movimento, a AnonySocial<sup>6</sup>.

O Anonymous contribuiu em grande parte das manifestações ocorridas na última década. O movimento Occupy Wall Street teve a colaboração no fornecimento de imagens e vídeos, bem como na divulgação pública sobre a ação da polícia nas ocupações ocorridas. Na Primavera Árabe, em 2011, o grupo teve uma importante participação na articulação de ações coletivas e na comunicação entre a população via web, a fim de incentivar a derrubada do regime ditatorial de Hosni Mubarak, bem como nas manifestações ocorridas na Turquia e Tunísia (GOHN, 2013).

A contribuição do Anonymous às causas mundo afora teve início a partir da ação promovida pelo governo dos Estados Unidos de propor ao PayPal, Visa e Mastercard que realizem o rompimento das contas do Wikileaks, outro transgressor que entrou para a história por publicar documentos confidenciais de governos. A partir deste fato, o movimento assumiu uma posição de confronto virtual e de ações coletivas como forma de contribuir com as populações locais e como maneira de hacktivismismo face as grandes corporações.

<sup>6</sup> Rede social localizada no endereço <http://www.anonysocial.com/anonbrnews/>



Da mesma maneira em que as redes transnacionais atuam através da promoção de direitos, os Anonymous assumiram a luta pela defesa de direitos e, principalmente, pela liberdade de acesso à internet.

Keck & Sikkink (1998) entendem que estas redes são organizadas para promover causas, bem como ideias de princípios e normas, envolvendo indivíduos que defendem mudanças políticas. Trata-se de espaços públicos em que atores situados em posições diferenciadas negociam, formal ou informalmente, os significados políticos, sociais e culturais de suas iniciativas conjuntas. A atuação destas redes se dá por meio de campanhas, que buscam construir um quadro de significação comum, e assim conectar grupos, procurar recursos, propor e preparar atividades, e conduzir relações públicas (CASTAÑEDA, 2012, p. 08).

Sua posição é frontalmente contrária às propostas de lei de combate a pirataria na internet (denominada SOPA – Lei de Combate a Pirataria Online) que estão sob avaliação do governo Norte Americano. Como forma de repúdio a possível aprovação da SOPA e a prisão do criador do site de compartilhamento Megaupload, o movimento invadiu e sobrecarregou sites de bancos, de gravadoras musicais e instituições públicas e atua frequentemente articulando movimentos – das redes sociais para as ruas.

O movimento Anonymous construiu novas formas de associativismo, percebidas somente em ações em prol do movimento zapatista no México, ao final do século XX, cabendo a distinção entre as formas de participação coletiva entre ambos os movimentos. O Anonymous, com sua atuação diversa, plural e organizada possibilitou a garantia de mobilização entre atores ciosos de mudanças e que, através das ações coletivas, promoveram uma nova história.

### **Participação das redes como instrumento de redefinição da ação coletiva**

Castells (1996) estabeleceu o conceito de sociedade em rede para caracterizar a sociedade emergente da era da informação, que vinha de um gradual processo de mudança, saindo da era industrial. Ainda que a rede não alcance a maioria de indivíduos nesta sociedade global, todos são influenciados, direta ou indiretamente, pelos processos que nela são debatidos.

Realmente é difícil imaginar uma sociedade sem limites. Mas as redes não tem limites fixos, estão abertas, possuem numerosos vértices e sua expansão e contração depende da compatibilidade ou competência entre os interesses e valores programados em cada rede, bem como os interesses e valores programados nas redes que entram em contato com seu movimento de expansão (CASTELLS, 2003, p. 44).

A rede, assim como as estruturas sociais, se originam a partir dos processos de produção e da apropriação de valor enquanto informação. Como tal, a rede compreende um campo unificado que possibilita a assimilação de novas tecnologias de comunicação e informação, criando novos valores à atores empoderados (CASTAÑEDA, 2012, p. 4). Utilizada como instrumento de comunicação, interlocução e articulação de massa, a internet abriu espaço para a geração de valores através do compartilhamento de informações por seus usuários e, com isso, redes informativas possibilitaram o fortalecimento de um poder comunicacional, que ampliou a margem de possibilidades de conhecimento livre.

Por tratar-se de um ambiente livre e de colaboração coletiva, a potencialidade da internet assume um papel anárquico globalmente, não havendo restrições claras para o compartilhamento e criação de informações independentes. Exatamente por possuir uma grande capacidade de exploração e não estar diretamente sujeita a Estados, a internet tornou-se alvo frequente de governos, que buscam legalmente monitorar a rede e limitar a livre difusão de informações punindo seus responsáveis, como o ocorrido com Kim ‘Dotcom’, criador do site de compartilhamento Megaupload, libertado recentemente em liberdade condicional na Nova Zelândia.

É neste cenário global de empoderamento de informações e de pluralidade de recursos para o acesso a elas que as redes assumem um papel decisivo ao fomentar, articular e contribuir simbolicamente como espaços de sociabilidade de interesses em comum. É neste espaço que seus usuários compartilham seu descontentamento por demandas sociais não atendidas, demandas políticas reprimidas pela ausência de um canal de voz atuante e participativo entre o Estado e o povo e pela ausência de liberdade de expressão. E é através desta rede que surgem os grupos hacktivistas como os Anonymous, promovendo incitamento às mobilizações, que ultrapassam os espaços da internet e adotam novas posições para as ações coletivas, criando, conforme análise de Castells (2013), os chamados espaços de autonomia.

As reflexões de Castells (ibidem) e Gohn (2013) coincidem em um mesmo contorno ao definir a importância dos hackers nas ações coletivas. Estes indivíduos exercem papel essencial para a articulação de movimentos em rede e como instrumento simbólico a partir do momento em que suas ações de perfil sociotécnico assumem o objetivo de fragilizar publicamente instituições e regimes políticos, como ao retirar do

ar o site da Casa Branca ou divulgar dados dos impostos de renda de políticos brasileiros em 2011.

Sua capacidade tecnológica para utilizar as redes de computadores com propósitos distintos dos que haviam sido atribuídos pelas empresas colocou os hackers na linha de frente do movimento, liberando o ativismo das limitações à expressão independente impostas pelo controle empresarial das redes de comunicação (CASTELLS, 2009, p. 345, tradução livre)

Segundo Alexandra Samuel (2004 apud SAVAZONI, SILVEIRA, MACHADO, 2012, p.2), o hacktivismo pode ser entendido como o casamento entre o ativismo político e o hacking de computador, e como o uso não violento, legal ou ilegal, de ferramentas digitais para se alcançar fins políticos.

A apropriação da internet e das redes como instrumentos catalisadores de demandas e de difusão de informações possibilitam a discussão dos conceitos teóricos de ação coletiva. As redes assumem um papel decisivo na compreensão das ações coletivas a partir da integração entre a virtualidade e o campo físico: o mesmo hibridismo que possibilita que as redes de indignação divulguem, em tempo real, vídeos e fotos de ocupações ou de práticas de desrespeito a direitos, garante que as ações coletivas possam ser combinadas, realizadas e redefinidas concomitantemente em ambos os espaços, trazendo a web e a rua para um mesmo ambiente através de dispositivos celulares, gadgets e afins (CASTELLS, 2013).

Inserido nestas novas práticas de atuação em rede, o movimento Anonymous preconizou as ações coletivas de articulação e de hacktivismo, abrindo novos canais de mediação na internet. Sua contribuição na Primavera Árabe, em movimentos como os Occupy e nas ações de hacktivismo em sites de instituições e regimes configurou um novo status a este movimento, recebendo a condição de ameaça, segundo relatório da OTAN<sup>7</sup>. Strecker (2011 apud Gohn, 2013, p.23) avalia que, como a própria internet, o Anonymous não possui um poder central e se desenvolve de modo imprevisível, em direções e em ritmos que não conhecemos antes de acontecer. Estas ações não programáticas dão luz ao espírito desse movimento, que estimulou novas mobilizações e, principalmente, contribuiu para o aumento da interação entre o espaço público e o virtual nas ações coletivas.

<sup>7</sup> Maiores detalhes em (<http://www.nato-pa.int/default.asp?SHORTCUT=2443>)

## Referências bibliográficas

BATALHA, Marcelo da Luz. **Novas fronteiras para a comunicação ativista em rede: um olhar sobre o Centro de Mídia Independente**. 2010. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UNICAMP, São Paulo, 2010.

BÜLLOW, Marisa Von e ABERS, Rebecca. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?. **Caderno Sociologias**, nº 28, p. 52-84, Porto Alegre, 2011.

CASTAÑEDA, Marcelo. Redes transnacionais de mobilização política com a internet: vínculos de pertencimento e campanhas da Avaaz. **28ª Reunião Brasileira de Antropologia**. São Paulo, 2012

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro, Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. **Networks of outrage and hope: Social movements in the internet age**. London, Polity, 2012.

\_\_\_\_\_. **Comunicación y Poder** (Tradução de María Hernandez Díaz). Madrid, Alianza Editorial, 2009.

COLEMAN, Gabriella. **Coding Freedom: The Ethics and aesthetics from hacking**. Oxfordshire, Princeton University Press, 2013.

KECK, Margaret; SIKKINK, Kathryn. **Activists Beyond Borders – Advocacy Networks in International Politics**. London, Cornell University Press, 1998.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**. São Paulo, Cortez, 2013

\_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, Vozes, 2010.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo, Editora 34, 1999.

PEREIRA, Felipe José de Xavier e PIMENTA, Francisco José Paoliello. A Subversão Anônima: O Hackerativismo e a Cultura da Convergência. **XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**. Ouro Preto: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2012.

SAVAZONI, R.; SILVEIRA, S.A.; MACHADO, M.; As múltiplas faces dos Anonymous: Ativismo político nas redes sociais. **36º Encontro anual da ANPOCS**. São Paulo: Universidade Federal do ABC (UFABC), 2012.